

Mapografias: arte, educação e resistência na produção de mapas com juventudes periféricas

Mapographies: art, education and resistance in the production of maps with peripheral youths

Carolina Clasen^a, Jorge Bassani^b, Analu Borges^c, Cauê Maia^d

Resumo O artigo examina metodologias participativas de produção cartográfica desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP/FAUUSP) junto à juventude na Ilha do Bororé e Jardim das Gaivotas, Zona Sul de São Paulo. Objetiva-se discutir como as práticas artísticas e educativas articulam mapeamentos afetivos e engajamento político de jovens periféricos, resignificando espaços públicos negligenciados. A análise integra intervenções urbanas, como a criação coletiva de murais de memória e percursos paisagísticos que evidenciam contradições entre preservação ambiental e marginalização socioespacial. Métodos colaborativos como as oficinas de cartografia colaborativa destacam a construção de narrativas locais, traduzidas em mapas táteis e projeções luminosas. A abordagem metodológica, estruturada em três etapas — levantamento de dados, produção artística e compartilhamento comunitário —, prioriza a replicabilidade de tecnologias sociais e a valorização de saberes não acadêmicos. Conclui-se que essas práticas fortalecem o pertencimento territorial, transformando ruas em espaços pedagógicos e políticos, onde juventudes reivindicam o direito à cidade por meio de contranarrativas insurgentes.

Palavras-chave Cartografia participativa. Juventudes periféricas. Grupo de Estudos Mapografias Urbanas. Arte urbana. Direito à cidade.

Abstract *This article examines participatory cartographic methodologies developed by the Urban Mapography Studies Group (GeMAP/FAUUSP) with youth in Bororé Island and Jardim das Gaivotas, South Zone of São Paulo. It aims to discuss how artistic and educational practices articulate affective mapping and political engagement among*

a Universidade de São Paulo. E-mail: carolinaclasen@usp.br

b Professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, Faculdade de Arquitetura FAUUSP. E-mail: jbassani@gmail.com

c Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFBA. E-mail: analuborges@ufba.br

d Poeta, artista plástico, arte-educador, editor. Doutor em Artes Visuais pela USP, mestre em Letras e cientista político pela UnB. E-mail: caue.maiab@gmail.com

peripheral youth, re-signifying neglected public spaces. The analysis integrates urban interventions, such as the collective creation of memory murals and landscape routes that highlight contradictions between environmental preservation and socio-spatial marginalization. Collaborative methods, including workshops on participatory cartography, emphasize the construction of local narratives translated into tactile maps and luminous projections. The methodological approach, structured in three stages – data collection, artistic production, and community sharing – prioritizes the replicability of social technologies and the valorization of non-academic knowledge. The study concludes that these practices strengthen territorial belonging, transforming streets into pedagogical and political spaces where youth reclaim the right to the city through insurgent counter-narratives.

Keywords *Participatory cartography. Peripheral youth. Urban Mapographies Study Group. Urban art. Right to the city.*

INTRODUÇÃO

Por meio de ações junto aos territórios da Zona Sul de São Paulo, propõe-se apresentar as relações entre as juventudes e o cotidiano, enunciado nas atividades culturais da Ilha do Bororé. Para a compreensão de juventude, noção cara ao debate proposto e colidem tanto com leituras de um recorte populacional desinteressado pela vida política (Sposito, 2014) quanto de uma condição essencialista da juventude como portadora de utopias (Abramo, 1994; 1997). Isto posto, trata-se de encontrar nos grupos de jovens da Zona Sul o que está para além de seu recorte etário, mas esta vinculação concreta para potencial participação em eventos e vivências comuns (Mannheim, 1993). É importante enfatizar que nas limitações do debate proposto, a reflexão implicada pela perspectiva das juventudes interessa do ponto de vista da produção do território (Abramo; Venturi; Branco, 2005). O questionamento que ronda o debate apresentado, parte do pressuposto abordado por Deleuze e Guattari (2011) nos estudos da linguagem e enunciado das juventudes, ou ainda, do sujeito ao agenciamento coletivo de enunciação (Guattari; Rolnik, 2011) em constituição com as experiências mapofográficas e como tais coletividades contribuem para a transformação dos territórios.

No primeiro momento, a aproximação com o debate é feita pela caracterização paisagística, suas relações com o processo de urbanização da cidade e as narrativas comunitárias. Posteriormente, as experiências realizadas pelo Grupo de Estudos Mapografias Urbanas estabelecem um pano de fundo para a reflexão sobre as vivências territoriais, principalmente no que diz respeito às noções sobre arte e pertencimento observadas na produção cultural dos jovens da Ilha. Logo,

adentramos a reflexão com atenção a região do Grajaú, principalmente a área denominada Ilha do Bororé. O relato coletivo aqui apresentado, enfatiza as territorialidades engendradas pelos habitantes do seu território, com ênfase às ações enunciadas nas juventudes.

A caminho da Ilha, percorremos a Avenida Nove de Julho, uma via arterial fundamental para o fluxo sudoeste da cidade, que tem a característica de ser “de fundo de vale”, esperei pelo ônibus Terminal Santo Amaro e percorri essa linha contínua desenhada durante o Plano de Avenidas do Prestes Maia. O deslocamento do centro até o extremo sul da cidade dura em média 1h40min (um hora e quarenta minutos) e pode ser feito por itinerários de ônibus até o Terminal Grajaú, pelas linhas de metrô que ligam à linha de trem CPTM 9 - Esmeralda, ou, ainda, de bicicleta por combinação de trechos de vias locais e com o Parque Linear Bruno Covas. No entanto, a malha viária não favorece ritmos tão variados e o fluxo da região é caracterizado pelo uso do Trem e trânsito intenso de automóveis nas Avenidas Belmira Marin, Teotônio Vilela, Interlagos e Marginal Pinheiros, contabilizando uma média diária de 46 mil (quarenta e seis mil) passageiros na Estação Grajaú, segundo a Empresa Via Mobilidade, em informações sobre a demanda publicadas em novembro de 2024. Esse número contrapõe-se ao total de 139 bicicletas que passaram na Avenida Belmira Marin, número publicado em contagens realizadas pela Ciclocidade dentro do Projeto “Contagens Linha de Base” (Parceria SMT/Ciclocidade, março 2023) e que apenas quantifica o modal em movimento na direção do interior do bairro e para o centro da cidade. Do ponto de vista paisagístico, as discrepâncias são principalmente quanto às áreas verdes. Já na chegada ao Terminal, sentimos a mudança de temperatura - sensação acentuada quando estamos à margem da Represa. Mas ainda teremos que percorrer a Avenida Belmira Marin até descrevermos esse quadro paisagístico.

Ainda no Terminal, quando nos encontramos, identificamos a demora do ônibus 6L11-10 na Linha Ilha do Bororé, que com previsão de saída a cada 30 minutos já obtinha uma fila considerável à sua espera. O ônibus enfim saiu e dali as narrações do dia de trabalho, conversas de rotina e encontros se deram mais uma vez.

Durante o trajeto que percorre a Avenida Belmira Marin, via arterial que começa na Avenida Senador Teotônio Vilela e termina na Represa Billings, abre-se um contato imersivo com o território digno de prelúdio, como algo que ocorre antes de um acontecimento maior e vagarosamente (muitas vezes bem devagar mesmo) fôssemos transportados coletivamente para esse pedaço de São Paulo localizado “da Balsa pra lá”.

QUADRO PAISAGÍSTICO: A ILHA DO BORORÉ NA ZONA SUL DE SÃO PAULO

A “ilha do Bororé”, península circundada pela Represa Billings, como é popularmente conhecida, está situada na porção sul do município de São Paulo, no distrito do Grajaú, o qual juntamente com os distritos Cidade Dutra e Socorro são administrados pela subprefeitura de Capela do Socorro. A área mais ao norte da subprefeitura possui urbanização consolidada, presença intensa de atividade comercial e industrial, enquanto a área mais ao sul constitui-se como um território de características rurais, com a presença de chácaras, sítios, parques naturais, enquadradas nas Macroáreas de Contenção Urbana e Uso sustentável e de Preservação de Ecossistemas Naturais. Uma característica peculiar dessa região é a presença de remanescentes da Mata Atlântica e das bacias hidrográficas Guarapiranga, Billings e Capivari-Monos, bem como do Polo de Ecoturismo de Parelheiros, subprefeitura vizinha no extremo sul do município.

Os marcadores históricos na consolidação da ocupação dessa porção sul do território paulistano têm relação com os macroprocessos político-econômicos do país, envolvendo os fluxos migratórios no século XIX, que culminaram na formação da Colônia Alemã em 1829 na região de Parelheiros, bem como da migração japonesa em meados do século XX (Santos, 2003). Além disso, os projetos de modernização em busca do “progresso” da cidade de São Paulo no início do século XX, com as grandes obras de engenharia provenientes de empresas estrangeiras, como a “The São Paulo Trainway, Light and Power Company Ltda”, culminaram no rearranjo espacial da região sul, com a construção da barragem do Rio Guarapiranga em 1907, da represa Billings em 1925, ambas com a finalidade de abastecimento energético para a população em crescimento. Um fato curioso sobre a represa Billings é que ela carrega o nome do engenheiro norte-americano que a projetou – Asa White Kenney Billings (Santos, 2003). Com o crescimento da cidade, a Represa Guarapiranga passou a abastecer São Paulo e municípios vizinhos com água potável, e a Represa Billings, o abastecimento público de água. Atualmente, a região abastece 30% da metrópole paulistana (Prefeitura do Município de São Paulo, 2020). Outra obra importante nesse processo de rearranjo espacial foi a construção da auto-estrada Washington Luís, de 1927 a 1933, que ligava o município de São Paulo ao município de Santo Amaro, o qual seria incorporado à capital paulistana em 1935.

Tal reestruturação conformou os vetores de urbanização e a expansão industrial para a região sul a partir da década de 1960. São Paulo teve uma explosão populacional com os fluxos de migração nacional para atender às demandas de

mão-de-obra barata na indústria, o que levou à ocupação popular e irregular do solo na região sul. Tal ocupação se deu principalmente próxima aos mananciais, gerando um agravamento da questão urbana em torno da moradia e da preservação do meio ambiente.

Dessa forma, diversas legislações foram criadas para a regulação do uso e ocupação do solo, bem como da proteção ambiental dessa importante área de abastecimento de água e remanescente de Mata Atlântica, como a Lei Estadual nº 898/1975, disciplinando “o uso do solo para a proteção dos mananciais e recursos hídricos no interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo”, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 1 e 4, instrumentos de planejamento urbano voltados a fomentar melhorias urbanas, regularização fundiária e preservação ambiental em áreas estratégicas da cidade, bem como a Lei municipal nº 13.136/2001, instituindo a Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos (APA) e a Lei municipal nº 14.162/2006, a Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Bororé-Colônia. Tais medidas possibilitaram enquadrar 90% da área de Capela do Socorro, que abrange 8,8% do território do município, em área de proteção de mananciais.

A “ilha do Bororé” é marcada por tais determinações territoriais que atravessam a história e a geografia da região, sendo uma das últimas fronteiras de expansão urbana do distrito do Grajaú e tendo a condição de “ilha” como um trunfo no que diz respeito à preservação ambiental, mas também uma barreira nos acessos e fluxos cotidianos. Tal realidade pode ser compreendida, por exemplo, pela distribuição territorial dos poucos equipamentos de cultura, educação e saúde, se comparados com outras localizações da cidade (Borges, 2021).

Dessa forma, é possível perceber na paisagem as presenças e ausências do território, as quais se contrastam com as dinâmicas observadas no cotidiano de sujeitos coletivos territorializados (Bassani, 2019) como a Casa Ecoativa e o coletivo Imargem com projetos e ações voltados à educação ambiental, cultura, pertencimento e formação política, com a criação de narrativas que combatem à ideia de periferia como apenas local marginal e de violência, mas, especialmente território constituído por sujeitos potentes, criativos, engajados politicamente em busca de transformações sociais.

ARTE E PERTENCIMENTO NO TERRITÓRIO

Os percursos pelo território são marcados pela noção de museu a céu aberto, o espaço público da Ilha sensibiliza e transforma o olhar para o território. O debate sobre o desemparedamento da educação ganha rotinas de grupos escolares em

expedições pelo território, momento que eles têm contato com conteúdo da grade curricular que surgem nos muros, nos diálogos com a Maria da Lapa (Da Lapa, 2022), nas descobertas de plantas alimentícias não convencionais.



Figura 1. Mural Memória Coletivo Imargem. Fonte: GEMAP, 2017.

Durante tais percursos, o Mural Memória foi material de estudo. Construído pelo artista Wellington Neri (integrante do coletivo Imargem), a narrativa expressa no Mural demonstra o desenho do território articulado aos processos históricos que o constituíram. No reconhecimento dos lugares, dos processos de urbanização, de seus agentes e da cultura ali produzida estão os subsídios para uma experiência pedagógica territorializada. Neste sentido, a reflexão acerca da *comunidade-agente* em territórios periféricos de São Paulo, por intermédio de atividades artísticas e educativas, encontra interlocuções no trabalho dos coletivos da Ilha. Entendemos que as ações artísticas e educativas, resultam em leituras dos territórios expondo suas problemáticas com proposições para novas abordagens no seu desenvolvimento, percebidas a partir do olhar de seus referentes.



Figura 2. Mapas com técnica mista Stencil, grafitti, tinta de terra Coletivo Imagem Fonte: Acervo GEMAP, 2025.

A descrição sobre o avizinhamo com cotidiano da Ilha é um modo de narrar as nuances que aparecem na produção do espaço - seus acessos, caracterizações e cotidiano. No que diz respeito ao espaço produzido, seu caráter político ganha destaque na abordagem mapográfica, revelando relações de poder (Raffestin, 1993) – e potência, como contragolpe. A fim de mobilizar tais vivências e articular às percepções comunitárias como ação da juventude, utilizaremos breve revisão bibliográfica que resultam de ações na Ilha do Bororé (Bassani; Clasen; Ribeiro; Borém; Pardo, 2023; Bassani; Massimetti; Rodrigues, 2019) e Jardim Gaivotas (Bassani; Clasen; Borém, ARQUISUR, 2023)¹, contribuindo para o debate diante da realização de intervenções no cotidiano por parte das juventudes locais. No que diz respeito às ações que articulam educação ambiental e práticas culturais, a reflexão enunciada entre arte e pertencimento, propõe apresentar resultados por meio de duas principais experiências pregressas, direcionando o debate para o evento realizado pelos jovens “Da Balsa pra cá”, como forma de enfatizar tais percepções.

A primeira experiência no território ocorreu em 2012, com idealização do GeMAP como projeto de cultura e extensão intitulado “Mapografias de São Paulo por estudantes do ensino médio da rede pública”. O projeto atuava em outras regiões distintas e a partir da necessidade de aprofundamento aos estudos do território, a continuidade do trabalho se dá nas ações extensionistas permanentes “Revisitando o território – Novas percepções sobre o Grajaú” (2017 – 2018),

¹ Disponível em <https://arquisur.org/wp-content/uploads/2024/04/Arquisur-2023_compilado-de-ponencias_FADU.pdf> Acesso em 19 de fevereiro, 2024.

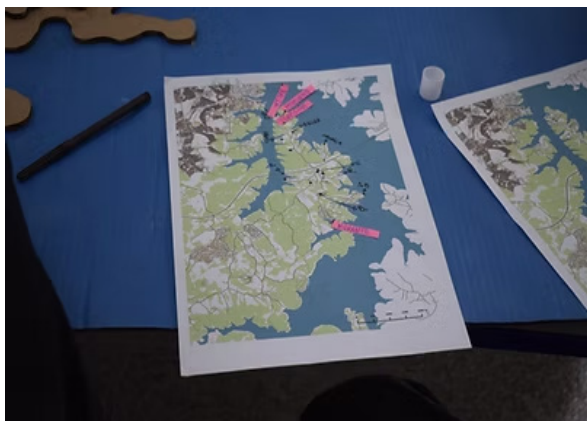
“Contracartografia do Bororé – Memória e território” (2018 - 2019), “Memória do Bororé – geografia e cultura do território” (2019 - 2020).



Figura 3. Encontro Núcleo de Arte Educação Ambiental na Casa Ecoativa Fonte: GEMAP, 2017.

Do vínculo instituinte de um trabalho permanente e através da interlocução com as reivindicações da juventude, a extensão é redesenhada e junto ao Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de Geografia da FFLCH - USP, surge a proposta de implementação do Núcleo de Arte Educação Ambiental - NAEA. Durante as vivências quando do período de implementação do Núcleo, as reflexões formuladas foram pautadas pelo olhar dos jovens voltados para questões sobre o patrimônio ambiental, a paisagem, a cultura material e imaterial, cuidados com a terra e as expressões do território.





Figuras 4 e 5. Ações mapográficas com jovens da Ilha do Bororé. Fonte: Acervo GEMAP, 2023.

O que fica exposto é a possibilidade de estar em relação e tal relação possuir qualidade, fundamentalmente, territorial. Aprendemos coletivamente o que Gilles Deleuze trouxe em seu *Abecedário* (1989) sobre a Fidelidade. Não estamos fazendo necessariamente um trabalho juntos, mas compreendendo juntos e fiéis ao nosso encontro, fiéis a essa junção. Tal fidelidade, segundo o filósofo, é um vínculo da pré-linguagem. Escutar, ler, desenhar e criar coletivamente são exercícios praticados coletivamente debruçados sobre o mapa como objeto e como motivação. Além disso, este é o conjunto de vivências que desloca arte e pertencimento, produzindo conteúdos territorializados como processo de diferenciação nos cotidianos das comunidades. A diferença, neste caso, é a relação da comunidade com o poder, o atrito que se produz com olhar crítico voltado para a Ilha. Não é a autonomização dos jovens da Zona Sul de São Paulo, mas a reivindicação de um letramento da territorialidade enunciada neste coletivo que fica expresso no mapa. Compreendemos que é tarefa mapográfica a captura destas diferenças, a fim de invocar novos códigos para o mapa, como forma de dizer de si com a própria voz, contar sua história com seus fatos, criar as coordenadas com assentamentos geográficos, pontos de referência, elementos da paisagem que qualificam e são próprios da Ilha.

ENUNCIADOS METODOLÓGICOS DA PRODUÇÃO MAPOGRÁFICA

Enunciado nas problemáticas dos cotidianos periféricos e a partir da compreensão da sua heterogeneidade e potência singular, as elaborações mapográficas constituem uma topografia do encontro. De modo a perceber nesta diversidade as territorialidades que emergem, as similaridades e distanciamentos existentes quanto às temáticas relacionadas ao pertencimento (Da Lapa, 2021) e ao direito

à cidade (Lefebvre, 1968), o processo mapográfico constitui-se no engajamento entre o mapa e seus referentes.

Para tanto, compreendemos que as camadas que compuseram as etapas da produção mapográfica, podem ser descritas em três momentos: a) mapeamento com levantamento dos dados cartográficos, para constituição de um plano comum; b) acompanhamento e produção das atividades artísticas e c) compartilhamento dos materiais mapográficos por meio de encontros em arte. No primeiro momento, o levantamento de dados cartográficos organiza momentos de reflexão em que nos debruçamos de modo quantitativo sobre o território, a fim de orientar o trabalho qualitativo. A reflexão se dá auxiliada pela revisão de bibliografias e publicações que expõem as questões mais urgentes localizadas tendo na centralidade dos territórios as instituições culturais e educativas referidas. Desse modo, mapear as atividades já realizadas nos territórios estudados colabora para elaboração dos encontros mapográficos em conjunto com a comunidade local por meio da produção de enunciados das atividades artísticas vinculadas às questões mais urgentes de cada território.

Como próximo passo, quando acompanhamos os coletivos artísticos e atuamos em colaboração, criação, produção das atividades programadas; compreendemos que o momento propicia que o processo criativo esteja fundado no engajamento coletivo e territorial. Os resultados das atividades através dos registros fotográficos, audiovisuais e outros materiais narrativos contribuem para a construção de um acervo de representação e códigos do território. Neste momento, por meio dessa polifonia das expressões do território, anotamos novos elementos no mapa.

Da produção de um acervo cujos registros são resultado do engajamento coletivo, as reflexões em torno das questões mapográficas articulam a topografia ao cotidiano mediante produção cartográfica de tais expressões. Neste momento, as tarefas não estão centralizadas apenas em sistematizar as atividades propostas coletivamente; mas em atualizar os códigos de representação a partir da perspectiva comunitária. Construimos sobre e sob o mapa a política estética (Ranciere, 2009) que se revela no cotidiano do território, ou seja, o mapa é produto e também suporte da participação.

A EXPERIÊNCIA MAPOGRÁFICA ALIADA À BAZUCA POÉTICA

Nossas experiências anteriores de produção de cartografias urbanas junto às juventudes periféricas demonstram a demanda por metodologias que transcendam representações poético/políticas convencionais, integrando dimensões afetivas, táteis e vocabulares próprias no mapeamento do universo cultural local. Dentre

as múltiplas tecnologias do encontro pensadas para proporcionar a abertura de diálogos no espaço público e junto a organizações culturais periféricas, gostaríamos de destacar aqui as experiências realizadas em torno da Bazuca Poética, projetor analógico portátil de baixa tecnologia criado em 2013 e aprimorado desde então (Baptista, 2019).

A Bazuca Poética é um dispositivo replicável que opera na intersecção entre poesia urbana, pesquisa e ativismo (Baptista, 2024). Seu funcionamento, desenvolvimento e o passo-a-passo para sua construção se encontram descritos no *Manual de construção e uso* (Baptista, 2022), possibilitando a difusão do acesso à tecnologia, um dos princípios da estética DIY.

A cartografia afetiva proposta pelo GeMAP prioriza registros sensoriais e narrativas construídas em parceria com os jovens, não sobre eles. Isso implica atenção às interações não verbais, gestos e preocupações cotidianas, evitando hierarquias focados na “qualidade técnica” de suas produções. Esses princípios orientaram as intervenções realizadas em abril de 2024 no Jardim das Gaivotas (São Paulo), dentro do projeto Praça de Aulas, utilizando a Bazuca Poética como ferramenta central de mediação entre arte, educação e pesquisa.

A seleção colaborativa dos conteúdos, via Jogo das Perguntas — exercício de livre associação em roda —, garantiu que os temas refletissem inquietações locais, como a falta de espaços para poesia e a invisibilidade de narrativas históricas marginalizadas. Ao traduzir as produções coletivas para slides da Bazuca Poética como dispositivo de mediação, três dimensões metodológicas foram reveladas:

1. **Provocação Estética:** A projeção de frases (“O que a cidade te diz?”) e retratos (Marielle Franco, Luiz Gama) em muros e asfaltos instaura paisagens efêmeras que questionam hierarquias estabelecidas do sensível (Rancière, 2009). A escolha colaborativa dos conteúdos, via Jogo das Perguntas, assegura que os temas refletem inquietações locais. A dimensão dialógica da atividade segue durante a projeção no espaço público, quando as imagens e textos projetados suscitam respostas e comentários dos passantes. A projeção, assim, serve ao método investigativo da *image elicitation*, com as imagens atuando como disparadores para a discussão sobre temas que desejamos investigar junto a pessoas na rua.

2. **Pedagogia da Replicabilidade:** O manual de construção da Bazuca (Baptista, 2022), distribuído na Casinha, estimula a autonomia tecnológica, alinhando-se à lógica faça-você-mesmo. Em oficinas (como a de 25 de abril na EMEF Jardim Sipamar), jovens criam slides sobre temas como o Parque Linear Billings, convertendo a Bazuca em ferramenta de participação comunitária.

3. Tática de Resistência: A portabilidade do dispositivo permite respostas ágeis, enquanto a projeção não provoca danos ou deixa rastros que poderiam ser reprimidas sob o argumento da depredação ou vandalismo, como acontece com a *pixação*, grafite e outras técnicas de intervenção urbana mais duradouras.

A Bazuca Poética, produzida a partir de materiais de fácil acesso (eletrodutos, lupa, transparências), encarna a lógica da “desobediência tecnológica” (Oroza, 2023). Sua estética cyberpunk e funcionamento óptico simples possui a capacidade de explicar noções básicas de física às crianças e jovens que participam das atividades, despertando curiosidade e engajamento. As intervenções também funcionaram como um foco coletivo na atenção sobre o espaço público, em parceria com a produção de fotos e vídeos por parceiros. Registros fotográficos das projeções em muros grafitados serviram não apenas para documentação, mas como base para futuras intervenções *site-specific*. A projeção itinerante, ou “peripatética”, revelou-se uma estratégia eficaz para testar receptividades e identificar superfícies projetáveis.

Em ocasião com a oficina na EMEF Jardim Sipramar, ocorreu a ampliação do potencial educativo da Bazuca, os integrantes da ação criaram *slides* com perguntas como “Você sabe o que é o Parque Linear?”, vinculando a projeção a um podcast comunitário sobre questões ambientais. Aqui, a Bazuca deixou de ser apenas um dispositivo de pesquisa para tornar-se instrumento de proposição de novos temas pelos jovens, demonstrando como metodologias artísticas podem catalisar processos de pesquisa-ação. Isto posto, entende-se que o conjunto de questões inerentes às experiências estéticas vinculadas ao território produzem um duplo de decodificar o lugar e anotar novos códigos correlatos à enunciação coletiva – linguagem, engajamento, narração.

Essas experiências ilustram como a cartografia voltada para a produção coletiva, ou ainda, a mapografia, realizada em fotos, caminhadas e produção poética aliada à arte urbana, pode constituir-se como ato político. Ao converter muros em suportes para contranarrativas, o GeMAP ressignifica espaços públicos negligenciados, instaurando “contrapúblicos subalternos” (Fraser, 2009) onde moradores discutem memória, direitos e projetos comunitários.



Figuras 6 e 7. Ações mapográficas com Bazuca Poética junto aos jovens do Jardim Gaivotas. Fonte: Acervo GEMAP, 2025.

A projeção efêmera — comparada pelos participantes a uma “pescaria” ou “semeadura” — opera como gatilho para debates que transcendem o momento da intervenção, ecoando a ideia de Harvey (2013) sobre o direito à cidade como prática ativa de transformação.

O caráter replicável da Bazuca Poética, aliado à ênfase na autoria coletiva, aponta caminhos para metodologias decoloniais em educação. Ao priorizar saberes locais e técnicas faça-você-mesmo, o GeMAP não apenas desafia hierarquias acadêmicas, mas oferece ferramentas para que jovens periféricos reivindiquem seu lugar como agentes de mapeamento e transformação urbana. Futuras ações poderão explorar como essas práticas, ao converterem ruas em “praças de aulas”, fortalecem redes colaborativas capazes de enfrentar as anestésias do urbano contemporâneo (Debord, 2014).

Diante das intersecções entre a temática dos territórios com preservação ambiental, desenvolvimento territorial e valorização da cultura periférica, a participação comunitária por meio do mapeamento coletivo, oferece o território para o centro do debate, possibilitando que as localidades em questão sejam debatidas a partir da perspectiva das comunidades e da construção de espaços fundados no pertencimento coletivo.

CONSIDERAÇÕES INSURGENTES NOS PROCESSOS MAPOGRÁFICOS

Na atuação permanente junto ao território, remontamos a experiência paisagística da Ilha, suas topografias e narrativas a fim de operar as territorialidades a partir das perspectivas das juventudes. Como principal consideração, ressaltamos os diálogos insurgentes durante os processos mapográficos que contribuem para uma investida contemporânea na chave de uma crítica radical: negação da possibilidade de constituição de um sujeito subalterno que reproduz o projeto civilizatório hegemônico.

Portanto, por meio do mapeamento e difusão das iniciativas artísticas existentes ou pensadas em conjunto, buscamos enfatizar estratégias que aparecem nos processos mapográficos e contribuem para a sensibilização da comunidade local em questões relativas ao território e ao pertencimento. Diante do cenário das cidades contemporâneas com problemáticas emergentes sendo apresentadas para a agenda urbana, um estudo territorial junto com as comunidades e seus referentes, por meio de ações artístico-educativas visa reforçar uma reflexão urbanística em que “mapear e analisar o território reformula a relação não apenas da criança com a cidade, mas dela com o mapa, e instiga uma reformulação do mapa a serviço de outras abordagens topográficas da cidade” (Clasen, 2023).

Dito isso, percebemos que os mapas produzidos em processos de aprendizagem como proposto pelo Grupo de Estudos e Mapografias Urbanas, ou como visto na aprendizagem situada que trouxe para a reflexão a participação periférica legitimada, possuem em seus manejos da manufatura do mapa, da revisão das políticas públicas ambientais, da leitura do território e da proposta de continuidade como produção da diferença de um regime por meio da política comunitária, posto que os jovens manifestam, criam e atualizam a gramática da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994. ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, p. 25-36, 1997.

- ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005
- Atas do 50. [quinto] Colóquio Internacional Imaginário: construir e habitar a terra – imaginários urbanos = Colloque International imaginaire: construire et habiter la terre: imaginaire urbains / organização de Artur Simões Rozestraten -- São Paulo : FAUUSP, 2024.
- BAPTISTA, Cauê Augusto Maia. *Cada caminho é um risco: o livro de artista como tradução da intervenção poética no espaço público*. Tese (doutorado). PPGAV-ECA/ USP: São Paulo, 2019.
- BAPTISTA, Cauê Augusto Maia. Manual de construção e uso da Bazuca Poética. São Paulo: Editora Coletivo Transverso, 2022.
- BAPTISTA, Cauê Augusto Maia. “Bazuca Poética: a intervenção luminosa low tech no espaço público como disputa pela memória social”. Em: Anais do XIII Congresso Internacional do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte. São Paulo: USP, 2024.
- BASSANI, J.; CLASEN, CAROLINA; RIBEIRO, H. B.; BORÉM, L.; PARDO, Mariana R. . Dos mapas ao território: arte e educação ambiental. XIV Encontro Nacional da ANPUR, v. 1, p. 1-15, 2023.
- BASSANI, Jorge, MASSIMETTI, Flávia, RODRIGUES, Marla. Extensão universitária na Ilha do Bororé: O território como instrumento pedagógico. XVIII Encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano Regional, Natal, 2019.
- BASSANI, Jorge, MASSIMETTI, Flávia, RODRIGUES, Marla. Cultura e Identidade: A resignificação do território da ilha do Bororé. III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, Salvador, 2018.
- BITOUN, Jan (2004). Movimentos sociais urbanos e a trajetória do urbanismo. Revista Cidades (Grupo de Estudos Urbanos), Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 67-78.
- BORGES, Analu Garcia. Território Educativo: as práticas educativas da extensão universitária e dos coletivos culturais na periferia de São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Inventário. In: LIRA, José Tavares. Patrimônio Construído da USP: Preservação, Gestão e Memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 407-413.
- CLASEN, Carolina. Cidade e crianças: direito ao devir urbano. CLASEN, Carolina Mesquita. Cidade e crianças: direito ao devir urbano. 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

- Universidade Federal de Pelotas. - PROGRAU-UFPel. 2018.mento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.
- CLASEN, CAROLINA. Criar o urbanismo: uma contribuição da infância para a discussão das cidades. *OCULUM Ensaios*, v. 20 (2023), p. 1-15, 2023.
- DA LAPA, Maria. Trajetória e vida na ilha do Bororé. [Entrevista concedida ao] GeMAP/FAUUSP. São Paulo, jun. 2021
- DEMUTH, M.; FARIA, Ana Beatriz Goulart; POMPEIA, Anna; CLASEN, CAROLINA; LAUB, D.; VIOLA, G.; RIBEIRO, H. B . Escolas saudáveis: o papel do território educativo no contexto da pandemia de Covid-19. *CADERNOS DO APLICAÇÃO (UFRGS)*, v. 34, p. 40-61, 2021.
- DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze: uma realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnesse, Paris. 1988-1989. Disponível em: <www.ufrgs.br/corpoarteclica/obra/abc.prn.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- FRASER, N. Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World. Columbia University Press, 2009.
- FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Paz e Terra, 1967.
- GUATTARI, F.; ROLNIK S. Micropolítica. Cartografias do desejo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOMES, M. P. A. . (2024). Resistência urbana através da metanarrativa: o direito ao território mobilizado através de festas e memória social ritualizada. *Plural*, 31(2), 74-93. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2024.230491>
- HARVEY, D. Cidades Rebeldes. Martins Fontes, 2013.
- LAVE, J. Situated learning in communities of practice. In: RESNICK, L.; LEVINE, J.; TEASLEY, S. (Ed.). Perspectives on socially shared cognition Washington, DC: American Psychological Association, 1991. p. 63-82.
- LAVE, J.; WENGER, E. Situated learning: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991
- LEE, S.; ROTH, W. M. Becoming and belonging: learning qualitative research through legitimate peripheral participation. *Forum: Qualitative Social Research/Forum Qualitative Sozialforschung*, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2003.
- MASSIMETTI, Flávia Tadim. (À) margem da cidade: o extremo sul de São Paulo. 2016.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, Madrid, n. 62, p. 192-242, 1993.
- MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978, p. 91-97.
- OROZA, E. Desobediência Tecnológica. Editorial UFRJ, 2023.

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Área de proteção ambiental Bororé-Colônia, 2020. Disponível em:< https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/apa_bororecolonia/index.php?p=41963>. Acesso em 24 fev. 2021.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Perímetros de Ação – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU/SP, 2016.
- RANCIÈRE, J. A Partilha do Sensível. Editora 34, 2009.
- SANTOS, R. M. “APA Bororé: subsídios à implantação – praticando geografia com a teoria dos geossistemas”. Trabalho de Graduação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, 2003.
- <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sma/atlas/represa-billings-nossa-agua-nossa-vida>
- SILVA, Eric, RIBEIRO, Heloisa, ZAMPIERI, Jessica, BASSANI, Jorge, PARDO, Mariana, CLASEN, Carolina. Aprendendo com Maria da Lapa: Comunidade e cuidado contra a cidade do medo. 11º Seminário Urbanismo da Bahia - urbBA, 2021.
- SPOSITO, M. P. Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (org.). Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói: UFF, 2014. p. 97-130
- PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.